

Populismo e bolsonarismo

Martin Egon Maitino¹

Resumo: Como entender o bolsonarismo? Trata-se de uma nova direita ou apenas uma nova face do conservadorismo tradicional? As explicações sobre a ascensão da direita radical no mundo bastam para compreendê-lo? Este artigo procura analisar a construção ideológica do movimento que levou Jair Bolsonaro à presidência. Partindo das considerações de Ernesto Laclau sobre o populismo das classes dominantes, observa-se a composição do bolsonarismo e os elementos que o mantêm unido. Identifica-se, na leitura da política como um embate moral e, mais especificamente, na figura do “cidadão de bem”, a chave de articulação do populismo bolsonarista. Ao propor uma luta dos cidadãos de bem contra “tudo isso que está aí”, Bolsonaro mobiliza símbolos populares contra o Estado ao mesmo tempo que oculta o aspecto regressivo de suas políticas de distribuição e reconhecimento.

Palavras-chave: Jair Bolsonaro. Populismo. Nova direita

Abstract: How should “bolsonarism” be understood? Is it a new right or merely a new face for traditional conservatism? Are explanations for the rise of the radical right in the world enough to comprehend it? The article analyzes the ideological construction of the movement that led Jair Bolsonaro to the Brazilian presidency. Based on Ernesto Laclau’s considerations on the populism of dominant classes, we observe the composition of “bolsonarism” and what holds it together. We identify, in the characterization of politics as a moral battleground and, more specifically, through the figure of the “good citizen” the key to understanding Bolsonaro’s populist articulation. Proposing a battle of good citizens against “everything that’s there”, the president mobilizes

¹ Doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (2016) e mestrado em Ciência Política pela mesma universidade.

popular symbols against the state while hiding the regressive aspects of his distribution and recognition politics.

Keywords: Jair Bolsonaro. Populism. New right

Como Jair Bolsonaro, partindo de um nicho de extrema-direita, articulou um apoio massivo e diversificado capaz de angariar 46% dos votos válidos no 1º turno e transformar um partido nanico e sem recursos na 2ª maior bancada parlamentar?

Nosso objetivo não é discutir a campanha eleitoral, seus acertos e fortuitades, mas compreender a construção ideológica do movimento que levou Jair Bolsonaro à presidência. Tendo por base as considerações de Ernesto Laclau (1977) sobre populismo, investigamos como Bolsonaro constrói e articula sua coalizão. Mais que assinalar as recorrências de símbolos da direita internacional ou da tradição conservadora brasileira nos variados grupos que compõem o bolsonarismo, nos interessa pensar o significado particular que essas ideias assumem no Brasil de hoje e como são articuladas tanto a interesses de classe como à disputa entre povo e bloco no poder.

O texto está dividido em três partes. Inicialmente, argumentamos pela insuficiência de análises focadas exclusivamente no conteúdo da ideologia da nova direita para compreender o bolsonarismo. Em seguida, dialogamos com a literatura sobre a ascensão da direita radical no mundo, detendo-nos sobre a análise de Nancy Fraser (2017). Por fim, debruçamo-nos diretamente sobre o discurso bolsonarista para observar sua construção.

1- A ideologia da nova direita brasileira —Quão nova? Quão brasileira?

O resultado das eleições de 2018 representaram um abalo no sistema político brasileiro: não só pelo fim da polarização entre PT e PSDB nas disputas presidenciais, mas por tornar um partido de extrema direita o segundo maior do país. Percebendo a eleição como

um abalo a teses fundamentais da ciência política brasileira, o recurso à comparação com processos análogos em outros países tornou-se recorrente: a eleição de Bolsonaro nada mais seria que a expressão brasileira de uma onda populista conservadora da qual Donald Trump e o Brexit no Reino Unido seriam casos marcantes.

Na América Latina, porém, uma onda conservadora havia chegado anos antes. Ainda em 2009, Sebastián Piñera foi eleito presidente do Chile, pondo fim a uma longa sequência de governos de centro-esquerda. Progressivamente, os governos de centro-esquerda que marcaram a primeira década dos 2000 na região foram sendo derrotados, tendo na eleição de Mauricio Macri na Argentina e na derrubada de Dilma Rousseff alguns de seus marcos fundamentais.

Também nesse momento falava-se em uma “nova direita” (BOHOSLAVSKY; MORRESI, 2016; GIORDANO, 2014), ainda que em sentido distinto do atual. Se no Chile e na Argentina de meados da década a “nueva derecha” era sinônimo de pragmatismo, reconhecimento de políticas sociais e rechaço ao passado autoritário —sendo associada no Brasil a partidos como PRB e PSD (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015) —, no Brasil a “nova direita” era símbolo, sobretudo, de uma direita militante, que se assumia como tal e ostentava o rótulo de conservadora com orgulho em discussões na internet, na mídia e, progressivamente, nas ruas. Mais próxima, portanto, da *New Right* estadunidense ou mesmo do fascismo da *Nouvelle Droite* francesa que do discurso pós-ideológico de Macri.

À medida que esse grupo ascendia politicamente, uma série de debates foi emergindo. Retomando a trajetória do conservadorismo brasileiro e analisando mais a fundo as bases ideológicas de seus novos representantes, levanta-se a dúvida: quão “nova” é a nova direita brasileira? Qual a relação entre o caso brasileiro e outras “novas direitas” em ascensão no mundo? Trata-se, de fato, de uma onda populista?

Há, sem dúvida, uma larga trajetória —tanto intelectual como organizacional —que desemboca na ascensão da nova direita brasileira

(KAYSEL, 2015; ROCHA, 2019; VÉLEZ-RODRIGUEZ, 2015). Parte significativa do trabalho de militantes e intelectuais desse movimento consistiu no resgate de antigos símbolos e ideias de tradições liberais e conservadoras, não só lançando novos nomes na cena pública, mas também impulsionando antigos autores e atores, de modo que, como destacam Chaloub e Perlatto (2015, p. 8), “velhos personagens assumiram renovada persona política”. Nesse aspecto, a nova direita pode ser, de fato, vista como uma velha conhecida, uma nova máscara para o antigo discurso de uma direita mais radical, que nunca teria desaparecido completamente da política brasileira.

Não obstante, diversas “inovações” em relação aos grupos estabelecidos da direita (e da esquerda) brasileira devem ser destacadas. Da postura pública debochada ao uso intensivo da comunicação digital, passando por novas combinações ideológicas, os grupos em ascensão chamam atenção quando comparados aos políticos tradicionais. A participação da juventude, a organização de protestos de rua e, sobretudo, a reivindicação orgulhosa do rótulo de “direita” destoam daquilo que, nos últimos 30 anos, caracterizara esse campo no Brasil. Independentemente das mudanças, parece pouco provável supor que o sucesso desses grupos tenha se dado meramente por “sair do armário” — já havia, afinal, políticos que se afirmavam de direita, a começar pelo então deputado federal Jair Bolsonaro. Mais novo, portanto, que o surgimento dos intelectuais e organizações da nova direita, é o apoio que passaram a receber.

Seria, então, a comparação com outras “novas direitas” no nível internacional capaz de iluminar as transformações no Brasil? Os vínculos desses movimentos com a onda conservadora na Europa e nos EUA são explícitos e conhecidos — a admiração a Trump e a líderes como o húngaro Viktor Orbán é frequentemente propalada pelo governo e por seus apoiadores; as ligações financeiras e ideológicas entre líderes da nova direita brasileira e *think tanks* conservadores e liberais estado-unidenses são tema recorrente de debate (e.g. ROCHA, 2015). As diferenças, porém, são também marcantes: ficando apenas

nos discursos ideológicos, a baixa saliência das críticas à imigração e a ausência de críticas ao neoliberalismo são particularmente notáveis.

Olhar para trás ou para fora, embora importante, nos parece insuficiente para compreender o fenômeno Bolsonaro. Há, sem dúvida, retomadas de tradições e diálogos entre grupos, mas é preciso reconhecer que elas adquirem novos e diferentes sentidos ao serem transportadas a novos contextos. Quando se discutem ideias políticas, em especial, a desconsideração do contexto em que são mobilizadas pode levar a distorções grosseiras. Um exemplo pode ser observado no esforço do Manifesto Research Group, que propõe critérios universais para a classificação de partidos no eixo esquerda-direita. Os atributos, porém, não se conformam à realidade brasileira, dado que elementos como a defesa de direitos humanos, por exemplo, são considerados como constitutivos de posições de direita (TAROUCO; MADEIRA, 2013). Como ressalta Laclau (1977, p. 157–158), para um estudo adequado de elementos ideológicos, estes não podem ser previamente atribuídos a paradigmas essenciais: é preciso observar os processos de articulação e desarticulação dos discursos e do “terreno ideológico” que lhes dá sentido.

De forma análoga, não devemos assumir previamente que, por apresentar referências ideológicas comuns a Donald Trump e apontá-lo como inspiração, a eleição de Bolsonaro seria um fenômeno da mesma natureza que a eleição de Trump. Assim como muitos elementos comuns, há outros tantos divergentes: a estrutura partidária em torno de Trump, seu apelo aos “perdedores da globalização” e a denúncia de uma “economia fraudulenta” (*rigged economy*) são alguns deles. Do mesmo modo como o apelo à tradição anticomunista tem sentidos tão diferentes em 1964 e 2018 a ponto de se verem taxados de “comunistas” até os partidos sucessores do regime militar, os sentidos da nova direita e de sua ascensão no Brasil e no mundo podem variar largamente.

Isso não significa um rechaço às comparações, mas uma recomendação de cautela: o conteúdo ideológico desses grupos só

pode ser efetivamente compreendido tendo por referência a sociedade da qual fazem parte — isso inclui as disputas políticas nas quais o discurso emerge e, evidentemente, as estruturas de classes nas quais os grupos estão inseridos. Mais que o *conteúdo* nos interessa a *forma*: como essas ideias são articuladas a interesses de classe e a disputas no plano político-partidário? Quais são os grupos interpelados pelo discurso? Quais os grupos aos quais essas novas direitas se contrapõem?

Pensando o problema nesses termos, o rótulo recorrente de “nova direita” adquire uma conotação importante. Se o termo “direita” indica, por definição, uma oposição com grupos denominados “de esquerda”, a qualificação “nova” implica, por sua vez, uma tensão com outro grupo no campo da direita, caracterizada como “velha”. Nos significados específicos dessas duas oposições podemos vislumbrar características fundamentais da ideologia bolsonarista: na caracterização da esquerda, aparece o seu caráter de classe; na oposição à “velha política”, por sua vez, seu caráter populista.

A oposição a uma “velha direita” e, por extensão, a crítica ao establishment da “velha política” ocupa lugar central na ascensão da direita radical em todo o mundo. Não à toa, o fenômeno vem sendo recorrentemente analisado a partir da ideia de populismo. Modo geral, os estudos sobre o tema definem o populismo a partir de uma separação da sociedade entre dois grupos antagônicos e homogêneos — uma “elite corrupta” e um “povo puro”, devendo a política expressar a vontade geral do povo (MUDDE, 2019). Essa visão minimalista do conceito busca contornar conhecidos problemas, como as dificuldades de comparação e os sentidos pejorativos a ele atribuídos. Os sentidos de “elite” e “povo”, assim, seriam dados por outras matrizes ideológicas às quais o populismo se combinaria.

A definição minimalista se aproxima da proposta de Ernesto Laclau, que localiza a peculiaridade do populismo não nos conteúdos simbólicos específicos de uma ideologia ou movimento, mas no modo como são articulados. Ao contrário da definição minimalista, que procura separar o populismo das formações sociais nas quais ele

emerge, Laclau recompõe a relação entre a estrutura social e o plano discursivo. O populismo consistiria na “apresentação de interpelações popular-democráticas como um complexo sintético-antagonístico em relação à ideologia dominante” (LACLAU, 1977, p. 172–173).

Não basta a presença de elementos populares no discurso ou de críticas a “elites”: é necessário que os elementos articulados como “populares” sejam apresentados como uma opção à ideologia dominante e ao bloco no poder. Isso não significa de modo algum dizer que o populismo é revolucionário, uma vez que pode ser mobilizado por classes dominantes. Nesse caso, seria caracterizado por uma fração de classe que, diante da incapacidade de se impor no bloco de poder existente, apela às massas para desenvolver o antagonismo contra o Estado, viabilizando sua hegemonia.

Considerando tanto a dimensão discursiva como a estrutura social na caracterização dos fenômenos populistas, propomos, na próxima seção, um diálogo com interpretações recentes sobre a ascensão da direita populista na Europa e nos EUA.

2- Populismo reacionário e neoliberalismo em Trump e Bolsonaro

Uma série de pesquisadores vem tentando desvendar o fenômeno da ascensão da direita no mundo (para uma visão geral dos debates sobre o tema, ver, e.g., EATWELL, 2003; MUDDE, 2019; NORRIS; INGLEHART, 2019). Modo geral, as explicações ancoradas na base social giram em torno de duas grandes teses: uma associa a ascensão da extrema direita a transformações no plano econômico; a outra, a transformações no plano dos valores culturais.

A primeira tese aponta que, associados ao desmonte do *welfare state*, a abertura comercial e a desregulamentação econômica teriam prejudicado de forma desproporcional as classes trabalhadoras de países desenvolvidos. Esses “perdedores da globalização”, derrotados e “deixados para trás” pelo neoliberalismo, seriam interpelados por

políticos populistas, o que explicaria parte do recente crescimento da direita radical (NORRIS; INGLEHART, 2019; RODRIK, 2017).

A segunda tese é a de uma reação cultural à progressiva transformação de valores nas sociedades ocidentais. Na versão avançada por Norris e Inglehart (2019), a adoção de valores “pós-industriais”, que enfatizariam a auto-expressão individual, afeta a dinâmica social. Ao se verem transformados em uma minoria social, conservadores tenderiam a adotar políticas de ressentimento e a se tornar mais autoritários, buscando “proteger seu modo de vida”, o que os tornaria propensos a apoiar políticos populistas e reacionários.

Como destaca Mudde (2019, p. 119), embora as pesquisas atuais apontem maior peso da explicação cultural, as teses são largamente complementares, lendo a direita populista como resposta à globalização neoliberal. No primeiro caso, aos efeitos da reorganização da produção e do Estado sobre a insegurança econômica; no segundo, do multiculturalismo sobre sentimentos de identidade cultural. Mesmo sem dialogar diretamente com essa literatura, Nancy Fraser (2017) articula as transformações nesses dois planos, interpretando o fenômeno a partir da ideia de crise de hegemonia.

Para a autora, a forma específica da hegemonia capitalista que predominava nos EUA e na Europa estaria hoje ameaçada. Cabe notar que, para Fraser (2017), a hegemonia deve ser entendida a partir da combinação de ideias sobre dois aspectos de justiça: um focado na distribuição de riqueza (e, portanto, associado a divisões de classes) e outro na alocação de reconhecimento e respeito (associado a hierarquias de status).

Assim, partindo dos EUA, Fraser propõe uma interpretação da crise global. O bloco hegemônico na política pré-2016 representaria um “neoliberalismo progressista”, articulando uma política econômica neoliberal e o reconhecimento parcial de minorias. A candidatura de Donald Trump teria desafiado esse bloco, uma vez que, em campanha, o então candidato teria articulado críticas à política econômica neoliberal e discursos excludentes em um “populismo reacionário”, agregando setores das classes trabalhadoras.

Apesar do aceno a um possível novo bloco hegemônico, uma vez vencidas as eleições, as sinalizações econômicas foram abandonadas, retomando o neoliberalismo e apaziguando apoiadores tradicionais de seu partido. Como “compensação”, Trump amplia o reacionarismo de suas políticas de reconhecimento, no que Fraser denomina um “neoliberalismo hiper-reacionário” que nada mais faria que intensificar a crise.

Seria o caso brasileiro análogo ao ocorrido nos EUA? Faz sentido interpretar a eleição de Bolsonaro como parte de uma reação global ao esgotamento do neoliberalismo? A análise oferece uma explicação interessante para a profusão de movimentos populistas no plano global, conectando as explicações econômicas e culturalistas à noção de crise de hegemonia. Não obstante, esta resposta parece problemática para interpretar o caso brasileiro. Não nos interessa debater a natureza do bloco hegemônico no país, mas sim destacar que, nos termos específicos de Nancy Fraser (2017), não parece adequado caracterizar Bolsonaro como um “populista reacionário”.

A autora não define populismo, mas usa o conceito no texto em oposição ao neoliberalismo, como uma forma relacionada especificamente à política de distribuição. Remete, portanto, às críticas ao sistema econômico e aos apelos à classe trabalhadora – tanto na forma nacionalista e excludente mobilizada por Trump como na versão universalista e igualitária, que a autora atribui à campanha de Bernie Sanders.

Seja em campanha, seja no governo, em momento algum encontramos em Bolsonaro ataques à política de distribuição neoliberal. Pelo contrário: o presidente a exalta constantemente, propondo sua intensificação como solução para a crise econômica. A culpa do desemprego e da estagnação seriam resultado de uma política “socialista”, que combinaria má gestão e corrupção, afastando investidores privados. A lógica é ilustrada em trecho de um dos programas da campanha eleitoral:

“O PT negociou com os amigos, líderes de ideologias fracassadas, como Cuba, Venezuela, Bolívia e tantas outras ditaduras de esquerda. [...] O resultado não poderia ser outro. Os investidores perderam de vez a confiança e estão se afastando da gente. [...] Pra nós, que somos brasileiros, a sensação é de que tem alguma falcatrua por trás disso.”²

Isso não significa que a campanha bolsonarista não é populista. Ainda que não haja críticas à organização econômica, a frase final do trecho acima, dita na propaganda por uma mulher comum em uma cena na rua, mobiliza, sem dúvidas, símbolos populares da suspeita contra o Estado, como recorrentemente faz Bolsonaro ao atribuir as mazelas do país à corrupção.

Mais do que a mobilização desses símbolos, é importante notar seu antagonismo à ideologia dominante — ou, nas palavras do presidente, a necessidade de “mudar tudo isso que está aí”. Mudanças pontuais, como a retirada do PT da presidência, seriam insuficientes, afinal “nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira”³, exigindo não só “um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal”⁴, mas também um movimento no plano cultural no qual “podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, restabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil”⁵. Bolsonaro se coloca como representante e parte do povo e, mesmo sem atacar elites econômicas, direciona críticas a uma elite política e cultural — como, aliás, também faz Trump na defesa dos “americanos reais” contra as “*liberal coastal elites*”.

² 5º programa eleitoral de Jair Bolsonaro no 2º turno, veiculado em 15/10/2018.

³ Bolsonaro, 2018, p. 8.

⁴ Bolsonaro, 2018, p. 2.

⁵ Bolsonaro, 2019.

Se o populismo for limitado às políticas de distribuição, a compreensão do populismo de classes dominantes torna-se também limitada. Na concepção defendida por Laclau (1977), a disputa ideológica consiste nos esforços de classes antagônicas em se “apropriar” de crenças populares e articulá-las a seus discursos de modo a promover seus próprios interesses. Em uma situação normal de hegemonia, as classes dominantes buscariam neutralizar os interesses antagônicos e apresentá-los como meras diferenças. Efetivamente, é nessa linha que Fraser (2017) entende a política de reconhecimento do “neoliberalismo progressista”: sendo direcionado para indivíduos “merecedores” de “grupos sub representados”, os antagonismos frente às hierarquias sociais são diminuídos e recolocados a partir de uma visão meritocrática.

O populismo da classe dominante, por sua vez, se daria em uma situação de crise, quando frações dessa classe procuram desenvolver os antagonismos populares, ainda que de modo limitado, como forma de angariar apoio de massas e, assim, reestruturar o bloco no poder. De forma análoga à neutralização dos antagonismos nas políticas de reconhecimento do “neoliberalismo progressista”, é plausível supor que os antagonismos possam ser mobilizados e desenvolvidos por um líder populista.

Se assim for, a aposta no “neoliberalismo hiper-reacionário” não seria necessariamente um abandono da estratégia populista, podendo representar um deslocamento do populismo para o campo do reconhecimento ao fomentar antagonismos a partir da ideia de “guerras culturais”. É ilustrativa aqui a leitura de Cesarino (2019, p. 546) sobre a dimensão, nos movimentos da nova direita, do “reconhecimento de direitos” de pessoas que passaram a se sentir alijados do jogo político com os avanços de políticas identitárias⁶: o direito de não assumir uma identidade militante, de expressar preconceitos abertamente ou de

⁶ Ao recompor a trajetória de alguns desses grupos no Brasil, Rocha (2019) destaca a autopercepção dos indivíduos de que seriam hostilizados por suas ideias, motivo pelos quais teriam se organizado inicialmente pela internet.

reivindicar sua própria opinião contra elites de especialistas. Para tais pessoas, as políticas reacionárias seriam vistas como um movimento de inclusão de um grupo excluído.

Discutir se as políticas de reconhecimento reacionárias de fato cumprem um papel de articulação populista no caso Trump foge ao escopo deste artigo. Nos interessa pensar *se* e *como* esse movimento ocorre no caso brasileiro. Se o bolsonarismo pode ser pensado como um populismo, quais os antagonismos por ele mobilizados? Para compreender a forma particular pela qual Jair Bolsonaro articula seus seguidores, a ênfase recai em três aspectos: os grupos sociais interpelados, as formas dessa interpelação e sua constituição em oposição à ideologia dominante.

3- O populismo bolsonarista

Uma primeira chave para pensar o bolsonarismo é observar a heterogeneidade de seu eleitorado, mesmo que haja maior adesão em perfis determinados: masculino, de maior renda, alta escolaridade e religião evangélica. Em um primeiro momento, o núcleo de apoio estaria entre garotos jovens, ricos e pobres, que veriam em Bolsonaro uma figura divertida, anti-sistema e que aplacaria uma sensação de “desestabilização da masculinidade hegemônica” (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018). Essa base, porém, foi se diversificando à medida que se inicia a campanha. O apoio a Bolsonaro vai desde homens que flertam com o retorno da ditadura militar a votos “envergonhados” motivados pelo antipetismo, passando por mulheres que não se sentem representadas pelo feminismo, liberais defensores da meritocracia e moradores de periferia preocupados com a violência urbana (KALIL, 2018).

A diversidade aparece também nos movimentos da campanha. Há um esforço do candidato em mostrar que não pretende excluir minorias, considerando a todos igualmente. Não obstante o papel da misoginia, racismo e homofobia em seu discurso e trajetória política,

a campanha eleitoral procurou mostrar a inclusão de negros, gays e mulheres sob categorias gerais, como “povo” e “brasileiros” — a ilustração mais clara nesse sentido se dá pelo slogan de uma ação da campanha: “Minha cor é o Brasil”. Não são indivíduos os inimigos, mas sim a militância feminista, LGBT e do movimento negro (CESARINO, 2019). A articulação populista no discurso bolsonarista vai além da mera negação das políticas de reconhecimento, buscando reconstruir uma noção orgânica e harmônica de povo característica da tradição anticomunista (TEIXEIRA, 2013).

O reconhecimento de diferenças, na leitura bolsonarista, seria uma estratégia do PT para “disseminar a luta de classe”: “não é só branco contra negro. É homossexual contra hétero, é pai contra filho na lei da palmada, é pobre contra rico”⁷. Assim, a afirmação, no plano de governo de Bolsonaro, de que “qualquer forma de diferenciação entre os brasileiros não será admitida”⁸ deve ser compreendida em duplo sentido: negação não só das políticas de reconhecimento progressistas, mas também de qualquer antagonismo distributivo.

A menção à luta de classes remete à face mais evidente no discurso de Bolsonaro e da nova direita — o antipetismo, igualado ao anticomunismo. Se a grande distinção da nova direita é assumir-se como tal (CHALOUB; PERLATTO, 2015), é preciso observar como ela se autodefine. A postura é de reação: para Bolsonaro, ser de direita é “ser oposição à esquerda que tá aí”⁹, ao “projeto de doutrinação e domínio político” de “viés ideológico comunista, de esquerda” do Foro de São Paulo¹⁰. À primeira vista, a oposição esquerda-direita não parece funcionar como base para um populismo. Embora as críticas à interferência estatal na economia apelem a setores da burguesia e das classes médias, não faria muito sentido supor que seriam capazes de

⁷ Bolsonaro, 2015.

⁸ Bolsonaro, 2018, p. 6.

⁹ Bolsonaro, 2012.

¹⁰ 1º programa eleitoral de Jair Bolsonaro no 2º turno, veiculado em 11/10/2018.

mobilizar o povo contra o Estado.

O discurso anti-esquerda, porém, assume outras camadas além do antipetismo e das críticas a políticas sociais. Mesmo que a esquerda seja primariamente identificada com o PT, a identificação de direita é negada a políticos tradicionalmente associados à oposição – inicialmente, porque tentam “agradar todo mundo”¹¹, pois “como regra, no nosso meio político, a mentira está acima da verdade”¹². Progressivamente, porém, a definição de “esquerda” e “comunista” vai se expandindo até englobar todo o sistema político brasileiro. Ilustrativa nesse sentido é a aula do deputado Luiz Philippe Orleans e Bragança a seus colegas no PSL, na qual todos os partidos, à exceção de PSL e NOVO, são caracterizados como esquerdistas¹³.

Esse deslocamento é facilitado pela leitura bolsonarista da política como embate moral, visível já em discursos antigos. A baixa qualidade dos serviços públicos é associada ao fim da ditadura militar, quando a disciplina era respeitada e as autoridades respeitáveis¹⁴. O desgaste de valores familiares, promovido por uma política e cultura de esquerda, estaria colocando o país rumo à “anarquia”. Essa visão, que refletiria a da “maioria das famílias honestas brasileiras”, une a moralidade privada à pública. Ser de direita passa a significar, primeiramente, ser um homem direito, um “cidadão de bem” e, em um segundo momento, combater a corrupção e a esquerda.

A figura do cidadão de bem é recorrente na simbologia política brasileira, denotando um “modo de conduta adequado, seja na vida privada, seja na vida ‘cívica’” e, mais recentemente, passa a ser evocada tanto em oposição à desordem em protestos como na luta contra a corrupção (KALIL, 2018, p. 9). É uma categoria central da mobilização populista de Bolsonaro: trata-se da luta do cidadão de

¹¹ Bolsonaro, 2012.

¹² 1º programa eleitoral de Jair Bolsonaro no 2º turno, veiculado em 11/10/2018.

¹³ Balloussier, 2018.

¹⁴ Bolsonaro, 2011.

bem prejudicado pelo corrupto¹⁵ – o político, o bandido ou mesmo o “moralmente degenerado”, a depender dos anseios individuais.

Sendo o PT e a esquerda diretamente associados à corrupção e à imoralidade, não há um grande salto em associar o cidadão de bem à direita. A esquerda e o comunismo passam, então, a ser associadas a qualquer ação tida como imoral ou negativa. A desconfiança popular em relação à política, porém, é generalizada — trata-se, afinal, de um terreno de corrupção e mentira. Se a direita é o moral e a política é imoral, também partidos de direita podem ser chamados comunistas. Assim, mesmo depois de perder a presidência, o PT é culpado pelos problemas do país, pois mantém uma “hegemonia cultural”, “mentiu para se manter no poder e ainda inventou o Temer”¹⁶.

Não se trata de crítica pontual a um partido, mas ao regime político como um todo, que deveria operar “sem toma-lá-dá-cá, sem acordos espúrios”¹⁷ e adotar pela primeira vez na “sua história republicana os princípios liberais”¹⁸. Bolsonaro promoveria “uma rápida transformação cultural, onde a impunidade, a corrupção, o crime, a ‘vantagem’ e a esperteza, deixarão de ser aceitos como parte de nossa identidade nacional”¹⁹.

Bolsonaro torna-se, então, aquele que, corajosamente, luta contra o que está posto, mas “como vencer um sistema?”²⁰. Como descreve em seu último programa na campanha presidencial, o que o habilita à vitória é justamente sua moralidade: “Eu tinha algo dentro de mim: nós temos que fazer algo diferente. Como cristão, eu adotei uma passagem

¹⁵ Essa “luta” aparece em uma declaração famosa do então deputado e sua popularidade ilustrada pelo uso frequente em vídeos exaltando-o na internet (BOLSONARO, 2014): “Tem que dar vida boa pr’aqueles canalhas? Desculpa, é que eles fodem nós a vida toda, e daí que nós trabalhadores vamos ter que manter esses caras presos na vida boa? Eles têm que se foder, acabou!”

¹⁶ 11º programa eleitoral de Jair Bolsonaro no 2º turno, veiculado em 26/10/2018.

¹⁷ Bolsonaro, 2018, p. 2.

¹⁸ Idem, p. 13.

¹⁹ Idem, p. 15.

²⁰ 11º programa eleitoral de Jair Bolsonaro no 2º turno, veiculado em 26/10/2018.

bíblica. João, 8:32: ‘E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará’. E mantive essa bandeira em pé”²¹. Apenas um “homem direito”, como Bolsonaro, seria capaz de proteger a maioria de pessoas decentes da minoria de marginais que os aterroriza e retomar a “verdadeira” lógica democrática: “a minoria tem que se calar, se curvar à maioria”²².

4- Considerações finais

Neste artigo, procuramos discutir a natureza da ideologia bolsonarista, focando na constituição do movimento que o levou à presidência. Partindo da hipótese de Laclau (1977) sobre o populismo, analisamos discursos do presidente procurando observar como Bolsonaro constrói e articula uma coalizão heterogênea em seu apoio.

Por meio de associações entre moralidade privada e pública e de oposições à esquerda e à “velha política”, a ideologia da direita bolsonarista procura construir a imagem de um povo harmônico e sem divisões, ameaçado por um sistema corrupto e uma esquerda onipresente, que tentam destruir seus valores e enriquecer às suas custas. Com o apoio dos “cidadãos de bem”, Bolsonaro rebela-se contra o sistema e busca regenerar a política e a cultura brasileira.

Nessa chave, as tensões do campo econômico são apagadas, afinal o trabalhador não se opõe ao empresário, mas ao vagabundo. Falar nelas é coisa de “comunista” que quer “dividir o povo” e “trabalhar contra o Brasil”. Trabalhadores, pequenos e grandes empresários são igualmente explorados por um Estado corrupto, preocupado apenas em garantir o domínio da esquerda e os negócios pessoais de burocratas e políticos (CESARINO, 2019, p. 544). O mercado passa a representar os interesses do povo contra um Estado corrupto e a política neoliberal torna-se popular.

Articulado a um discurso populista que mobiliza o povo contra

²¹ Idem.

²² Bolsonaro, 2014.

o *establishment* a partir de chaves moralizantes na política e na cultura, também o neoliberalismo — e, portanto, o interesse de classe do bolsonarismo — adquire um caráter de moralidade e regeneração. Não se trata mais de privilegiar o empresário, mas de combater os privilégios, recompensando os trabalhadores honestos.

Referências bibliográficas

BALLOUSSIER, Anna Virginia. “DEM é esquerda, ensina príncipe”. *Folha de S. Paulo*, 09/11/2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/dem-e-esquerda-ensina-principe-em-aula-para-colegas-do-psl.shtml>. Acesso em 30/01/2020.

BOLSONARO, Jair. “Sou preconceituoso, com muito orgulho”. *Revista Época*, 02/07/2011. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI245890-15223,00.html>. Acesso em 30/01/2020.

BOLSONARO, Jair. Entrevista em “Brasil em Discussão”. *TV Record*, exibição em 13/05/2012.

BOLSONARO, Jair. Entrevista coletiva sobre candidatura à presidência da Comissão e Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, 01/02/2014.

BOLSONARO, Jair. Entrevista em “Boa Noite com Alexandre Frota”. *Rede Brasil*, exibição em 21/09/2015.

BOLSONARO, Jair. “O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo”. *TSE*, 2018. Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>. Acesso em 30/01/2020.

BOLSONARO, Jair. Discurso durante cerimônia de recebimento da faixa presidencial em 01/01/2019.

BOHOSLAVSKY, Ernesto, e Sérgio Morresi. “El partido PRO y el triunfo de la nueva derecha en Argentina”. In: *Les Cahiers ALHIM*: n. 32, 2016.

CESARINO, Leticia. “Identidade e representação no bolsonarismo”. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, n. 62 (3), 2019.

CHALOUB, Jorge, e Fernando Perlatto. “Intelectuais da ‘nova direita’ brasileira: ideias, retórica e prática política”. In: *Anais do 39o Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, v. 1, 2015.

CODATO, Adriano, Bruno Bolognesi, e Karolina Roeder. “A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador”. In: VELASCO E CRUZ et al. (org.). *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

EATWELL, Roger. “Ten theories of the extreme right”. In: MERKL, Peter, e Leonard Weinberg (eds.). *Right-Wing Extremism in the Twenty-first Century*. Londres: Routledge, 2003.

FRASER, Nancy. “From Progressive Neoliberalism to Trump—and Beyond”. In: *American Affairs*, n. 1 (4), 2017.

GIORDANO, Verónica. “¿Qué hay de nuevo en las «nuevas derechas»?”. In: *Nueva Sociedad*, n. 254, 2014.

KALIL, Isabela. “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro”. *Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo*, 2018. Disponível em <https://www.fesp.org.br/upload/>

usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf. Acesso em 30/01/2020.

KAYSEL, André. “Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras”. In: VELASCO E CRUZ et al. (org.). *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

LACLAU, Ernesto. *Politics and Ideology in Marxist Theory*. Londres: NLB, 1977.

MUDDE, Cas. *The Far Right Today*. Cambridge: Polity Press, 2019.

NORRIS, Pippa, e Ronald Inglehart. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. New York: Cambridge University Press, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana, e Lucia Scalco. 2018. “Da esperança ao Ódio: Juventude, Política e Pobreza do Lulismo ao Bolsonaroismo”. In: *Cadernos IHU Ideias*, n. 16.

ROCHA, Camila. “Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina”. In: VELASCO E CRUZ et al. (org.). *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

ROCHA, Camila. *‘Menos Marx, mais Mises’: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)*. São Paulo, 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política), USP.

RODRIK, Dani. “Populism and the Economics of Globalization”. *NBER Working Paper*, n. 23559, 2017.

TAROUCO, Gabriela, e Rafael Machado Madeira. “Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil”. In: *Revista de Sociologia e Política*, n. 21 (45), 2013.

TEIXEIRA, Mauro. “A democracia fardada: imaginário político e negação do dissenso durante a transição brasileira (1979-1988)”. In: *AEDOS*, n. 5 (13), 2013.

VÉLEZ-RODRIGUEZ, Ricardo. “A Tradição Conservadora Brasileira”. In: *Revista Nabuco*, n. 3, 2015.